

Psicologia popular: uma abordagem eliminativista

Tassos Lycurgo *

Resumo: O artigo apresenta as principais críticas do eliminativismo contra a existência da psicologia popular. Apresentar-se-á as críticas segundo as quais a psicologia popular não se relaciona com as demais teorias científicas, a psicologia popular é tão ímpar que parece não ter desenvolvido nada além do que se desenvolveu até o tempo dos Gregos, a psicologia popular é passiva, quando, em certos casos, deveria ser ativa; e, por fim, a psicologia popular não é sujeita à falsificação científica, como devem ser as teorias científicas. Mostrar-se-ão os argumentos filosóficos concernentes ao método falsificacionista, notadamente os relacionados à epistemologia. Depois, analisar-se-ão as demais críticas eliminativistas contra a psicologia popular. Mostrar-se-á que tais críticas, tomadas isoladamente, não são suficientes para que se decrete o fim da psicologia popular, mas se concluirá que tais críticas servem de base para sustentar as críticas extrínsecas, as quais podem em conjunto com as intrínsecas serem suficientes para que o materialismo eliminativista tenha sucesso.

Palavras-chave: Eliminativismo, Epistemologia, Falsificacionismo, Psicologia Popular

Abstract: The article presents the main critiques of eliminativism against the existence of folk psychology. It presents the critiques according to which: folk psychology does not relate to other scientific theory; folk psychology is so singular that it has not developed since the time of the Greeks; folk psychology is passive when in certain cases it should be active; and, folk psychology is not susceptible of been treated with scientific falsification, as it must occur with scientific theories. It shows the philosophical arguments related to the falsification method, notably the ones related to epistemology. After which, the article analyses the other critiques of eliminativism against folk psychology. It shows that these critiques, taken separated, are not sufficient to determine the end of folk psychology, but it concludes that these critiques are important for the development of the extrinsic critiques, which, in addition to the former ones, can be sufficient for the success of eliminative materialism.

Key-words: Eliminativism, Epistemology, Falsificationism, Folk Psychology

* Professor adjunto da UFRN. *E-mail:* TL@ufrnet.br. / Página na internet: www.lycurgo.org

1. Introdução

O intento deste artigo é o de abordar as principais críticas eliminativistas que se fazem à psicologia popular. Entre tais críticas, elegeram-se as que se considera de caráter central, quais sejam, i) a de que a psicologia popular não se relaciona com as demais teorias científicas, como elas, em alguns casos, relacionam-se entre si; ii) a de que a psicologia popular é tão ímpar que parece não ter desenvolvido nada além do que se desenvolveu até o tempo dos Gregos, o que não é usual com as teorias em geral; iii) a de que a psicologia popular é passiva, quando, em certos casos, deveria ser ativa; e, por fim, iv) a de que a psicologia popular não é sujeita à falsificação científica, como devem ser as teorias científicas.

À frente de se discorrer sobre as supramencionadas críticas, contudo, entende-se ser necessário uma apresentação mais detalhada do que seria o eliminativismo, razão por que a seção II tem por intuito a abordagem mais pormenorizada do que se entende por materialismo eliminativista. Abordados de forma razoavelmente satisfatória os conceitos preliminares do eliminativismo, este artigo se debruça sobre as críticas à psicologia popular que o eliminativismo professa, quais sejam, as (i), (ii), (iii) e (iv). Dessas, contudo, entende-se que a última é a que carece de maior cuidado em sua abordagem, razão por que a seção III tem por fito, primeiro, o discorrimento sobre os argumentos filosóficos que dizem respeito ao método falsificacionista e, depois, a análise da maneira pela qual tal método se aplica às questões da psicologia popular. A seção IV, por sua vez, terá por intuito o de analisar as críticas (i), (ii) e (iii), razão pela qual triparte-se em subseções que, respectivamente, abordarão as situações concernentes a cada uma das referidas críticas. A seção V é a conclusão, a qual, de forma bastante compendiosa, rerepresentará o argumento geral deste artigo. A seção VI é a bibliografia, a qual não tem por fito o de exaurir a leitura, mas apenas o de apresentar as referências que se farão no transcorrer deste artigo.

2. O materialismo eliminativista

O materialismo eliminativista – ou, simplesmente, eliminativismo – é a teoria que assegura que não há nada que se pareça a estados mentais que a humanidade possa declarar possuir. É, portanto, uma tentativa de destruição dos estados mentais, cujo grau de devastação dependerá do radicalismo que se emprega através da reivindicação eliminativista. Assim sendo, pode-se dizer que, de um lado, alguns defendem que o eliminativismo alega que a psicologia popular deve ser reduzida às teorias científicas, enquanto, de outro lado, há os que sustentam que as teorias científicas deveriam descartar a psicologia popular. De qualquer forma, o importante a notar é que o eliminativismo “é a tese de que a concepção do senso comum em relação ao fenômeno psicológico constitui um teoria radicalmente falsa, uma teoria tão fundamentalmente defeituosa que ambos os princípios e a ontologia dessa teoria serão eventualmente substituídos pela completa neurociência, se não seja a ela gradativamente reduzida” (Churchland, 1998, p. 207, trad. do autor).

Sendo assim, pode-se assegurar que um dos objetivos principais do eliminativismo é o de demonstrar, muita vez através de métodos computacionais, que a psicologia popular é falsa. Em outras palavras, pode-se dizer que “a premissa central do argumento eliminativista é a de que a neurociência (conexionismo, ciência cognitiva) está à beira de persuasivamente demonstrar que a psicologia popular é falsa” (Stich e Nichols, 1992, p. 37, trad. do autor), de sorte que possível é dizer que posição nevrálgica no eliminativismo é a de que ele consiste na demonstração de que os estados mentais não são entidades em si mesmas. De acordo com tal posicionamento, tem-se a idéia de que o eliminativismo é uma crítica à ontologia dos estados mentais, isto é, é a asseveração de tais estados são inexistentes na realidade.

Com efeito, neste ponto, alguém se pode perguntar se o eliminativismo advoga ou não a eliminação de estados mentais em si mesmos – ou seja, tais quais entidades reais – ou apenas defende a idéia de que não deve haver estados mentais no âmbito lingüístico. No primeiro caso, ter-se-ia uma crítica ontológica; no segundo, uma

lingüística. Independentemente da análise pormenorizada de como se relacionam o âmbito lingüístico e o ontológico (Lycurgo, 2001), diz-se que o que se inquire é se a reivindicação do eliminativismo é a de que o dualismo cartesiano deve ser abandonado ou a de se apenas a referência aos estados mentais em âmbito puramente lingüístico é que deve. Pode-se argumentar que os primeiros clamores do que viria a ser conhecido como materialismo eliminativista apenas concerniam à tentativa de abandonar a linguagem mental, isto é, abandonar os termos lingüísticos referentes às supostas entidades mentais, para que, quando não mais ninguém se referisse a tais termos em linguagem mental, não haveria mais argumentos para sustentar uma defesa ontológica do dualismo cartesiano. Mas, mesmo em tais situações, aqueles que criticam a existência de estados mentais em âmbito lingüístico não acreditam que tais existam na realidade, pois injusto sempre seria pretender a inexistência de algo no âmbito lingüístico quando se entende que existe na realidade, já que o âmbito real deve, sempre que cientificamente possível, preceder o da linguagem.

De qualquer sorte, o que se deve sempre notar é que pertinente é a discussão sobre se o intento do eliminativismo é lingüístico ou – diga-se – ontológico, mas, ao mesmo tempo, impositivo é o entendimento de que, ao que parece, tal discussão não traz grandes conseqüências às conseqüências do projeto eliminativista, pois, como se pode notar, não há diferenças pragmáticas em se ver o propósito do eliminativismo tal como o de se abandonarem os termos lingüísticos referentes a estados mentais ou tal como o de se abandonarem os estados mentais em si mesmos. A razão para tal posicionamento é que, caso se considere que o projeto eliminativista deve ser o primeiro – o lingüístico –, há de se concordar que os que assim procedem entendem que tais estados inexistem na realidade, sendo a eliminação lingüística uma condição para a constatação de inexistência ontológica. Caso se considere o intuito eliminativista o segundo – o ontológico –, há de se concordar que não há maneira de efetivar tal eliminação a não ser, em primeiro momento, através da mudança dos termos lingüísticos. De qualquer

sorte, portanto, o eliminativismo sempre terá uma vertente primordialmente lingüística, mesmo que haja intenções subliminares ontológicas em graus diversos de veemência.

Para que se possa dar seguimento ao projeto eliminativista, portanto, tem-se de criticar a existência de estados mentais, e, como se viu, criticar a existência de tais estados é criticar a própria psicologia popular. Na seção I, apresentaram-se as críticas (i), (ii), (iii) e (iv). Disse-se que a que necessitaria de uma abordagem mais pormenorizada seria a (iv), razão pela qual será logo abordada na seção III. Para que se tome a crítica (iv), qual seja, a de que a psicologia popular não é sujeita à falsificação científica, como o é a esmagadora maioria das teorias científicas, mister se faz que logo se analise o que seria o falsificacionismo para que se possa entender o que se quer dizer com a assertiva de que, dado que a psicologia popular não é falsificável, pode-se inferir que ela não deve ser entendida como uma teoria científica e, portanto, deve ser abandonada. Que se vá, portanto, à análise do falsificacionismo para que, depois, veja-se como ele se aplica à psicologia popular.

3. Da epistemologia ao falsificacionismo científico

Para que se exponha com propriedade o método do falsificacionismo, contudo, bom se faz que se analise, primeiramente, o aparecimento da epistemologia para que, posteriormente, se justifiquem alguns argumentos concernentes ao dualismo e ao próprio falsificacionismo. Sendo assim, saiba-se que o ponto inicial do argumento se dá com o aparecimento da epistemologia tal qual um ramo específico e independente de investigação. Tal aparecimento, contudo, não ocorreu fortuitamente, mas, muito pelo contrário, foi decorrência de um fato histórico, qual seja, a tentativa de Descartes em compreender como puderam as idéias galileanas sobre o movimento dos corpos sobrepujar as aristotélicas, quando estas já bem tinham sido consideradas inequivocamente verdadeiras por tanto tempo (Dutra, 2001, p. 23).

Como o próprio Descartes tinha como propósito o desenvolvimento de um sistema físico próprio, para que ele não

incorresse na derrota em que, graças a Galileu, incorreu Aristóteles, fazia-se importante que fundamentasse a sua “ciência da natureza com uma ciência sobre o próprio conhecimento. Para evitar o erro, ao fazer a ciência da natureza, é preciso utilizar um método apropriado e seguro. Tal método deve ser elaborado a partir de nossos conhecimentos mais fundamentais sobre a mente humana e suas capacidades cognitivas” (Dutra, 2001, p. 23). Eis, portanto, o procedimento investigativo apresentado nas obras cartesianas (Descartes, 1990; 1996), do qual nasce a epistemologia como a teoria investigativa do próprio conhecimento. Em resumo, o primeiro passo do argumento é relativo ao aparecimento da epistemologia cartesiana como resposta a um fato histórico, que é o surgimento das idéias de Galileu em oposição às de Aristóteles, as quais foram tidas por verdadeiras por séculos.

Sendo assim, saiba-se que, de acordo com a idéia de Descartes, há duas formas de investigação. A primeira, já existente, denominada física, é sobre o movimento; a segunda, criada por ele, é sobre o conhecimento, que depois viria a ser chamada de epistemologia. Delas, vale dizer que a “investigação sobre o conhecimento, sendo uma investigação sobre nossas idéias ou representações, é uma investigação da ordem que há no mundo mental, assim como a investigação do movimento, por exemplo, é uma investigação da ordem que há no mundo material” (Dutra, 2001, p. 26). Essa dualidade entre mundo material e mundo mental desemboca-se, como se pode notar, na dicotomia entre corpo e mente, sendo nesta onde se dão as entidades que se chamam de idéias e que representam o mundo material, físico. É exatamente na decorrência da criação da entidade “idéia” como tal que se deram as grandes querelas, entre as quais, privilegiam-se as disputas entre empiristas e racionalistas.

3.1. Associação de idéias

Independentemente de como as idéias sejam obtidas pela mente – seja de forma inata, como queriam os racionalistas, ou puramente através da experiência, como queriam os empiristas –, fazia-se

necessário estabelecer como as mesmas se associavam entre si na estrutura cognitiva do indivíduo. Hume (1955), então, contribuiu sobremaneira para esta contenda com suas três formas de associação de idéias, quais sejam, as formas por contigüidade, por semelhança e por causalidade. É, portanto, quando Hume discorre sobre esta última forma, a da causalidade, que um grande passo é dado. Para ele, as ligações causais entre idéias nada mais são do que fruto do hábito que o homem tem de ver fatos tais e tais se sucedendo; ou seja, quando alguém vê o martelo batendo em um prego e este, por sua vez, sendo fixado na parede, logo o observador, por hábito que obteve a partir de observações repetidas de situações semelhantes no passado, faz a relação de causalidade entre o fato anterior, qual seja, o do martelo batendo no prego, e o posterior, qual seja, o do prego se fixando na parede; mas, como defende Hume, esse vínculo causal somente se estabelece alheio ao mundo físico, pois nada mais foi senão o hábito de se ver tais repetições de fatos que criou o costume de atribuir causalidade a tal fenômeno. O que se faz importante notar aqui é que, ao enveredar pelo projeto proposto por Descartes, qual seja, o de estabelecer uma ciência natural subjazida por uma do conhecimento humano, Hume notou que este era por demasiado falho, já que mesmo os princípios, em primeira vista, mais basilares como o da causalidade, eram susceptíveis de dúvidas devastadoras. Conclui-se, assim, que a epistemologia não parece ser tão segura quanto se gostaria que ela fosse.

3.2. O problema da indução

Dito isso, saiba-se que, como descendentes das idéias humeanas, têm-se as que desembocariam em problemas epistemológicos seríssimos como, por exemplo, o da indução, o qual, além de se aplicar a psicologia popular, aplica-se a todas as teorias científicas que não são puramente normativas. Assim sendo, saiba-se que, o problema da indução é aquele imposto pela idéia de que não é possível inserir um fato do futuro a partir de fatos do passado; ou seja, do fato de que todas as pedras que alguém soltou em determinada situação terem caído não se pode inferir que ela cairá

amanhã nem se pode ter expectativa disso. Note-se que ao se fazer a inferência e ao se ter a expectativa, demonstra-se que há duas formas do mesmo problema, quais sejam, a lógica e a psicológica, respectivamente.

Embora a contribuição popperiana para tal assunto tenha-se dado em um contexto muito posterior ao da passagem do séc. XV para o XVI, quando Galileu e Descartes estavam vivos, no fito do melhor estabelecimento do argumento, é logo aqui de bom alvitre que se discorra sobre o método que Popper criou para tentar solucionar o problema da indução: o método falsificacionista. Sendo assim, saiba-se que ele (Popper, 1979) deixa claro que a distinção entre as referidas duas maneiras de se colocar o problema da indução – trazido à tona por Hume, graças, como se disse, à tentativa de Descartes de desenvolver uma ciência da cognição para alicerçar uma ciência da natureza – é de relevante importância para estabelecer uma solução apropriada ao mesmo (Popper, 1979, p. 6, p. 99-101).

O problema da indução, é bom notar, já bem aparece no senso comum, mais especificamente quando se produzem expectativas de futuro a partir de fatos do passado, mesmo que tais expectativas apenas sejam apreciadas no entendimento de que há, de uma forma ou de outra, regularidade no mundo. A versão moderna do mesmo problema psicológico, exposta por Popper (1979, p. 4), inquire sobre as razões pelas quais o ser humano cria expectativas sobre o que ele tem fé ou sobre por que o ser humano desenvolve mecanismos para relacionar os fatos presentes em seu repertório, isto é, em suas experiências, com fatos com os quais ele ainda não sofreu nenhuma experiência. Aqui, mais uma vez, a resposta humeana, como lembra Popper (1979, p. 4), consiste no supracitado método de Hume de associar idéias.

A outra maneira de se colocar o mesmo problema, isto é, o problema da indução, é a forma lógica. Em compêndio, formalmente falando, o problema lógico da indução é o que põe em xeque a veracidade da seguinte implicação: $(\{a_1, a_2, \dots, a_n\} \vdash T \rightarrow a_{(n+1)})$, onde “a” representa um fato qualquer; “n”, a progressão temporal

gradativamente crescente do momento em que cada fato aconteceu; $\{a_1, a_2, \dots, a_n\}$, o conjunto de fatos do passado, ou seja, o repertório empírico; “ T ”, a teoria proveniente do referido repertório, que o generaliza; $a_{(n+1)}$, o fato do futuro, previsto pela referida teoria; e, por fim, as setas \mapsto e \rightarrow representam, respectivamente, o processo indutivo e o dedutivo. Em outras palavras, fala-se aqui do problema concernente aos porquês das inferências causais que são efetuadas pelos seres humanos e conclui-se que, do fato de um fenômeno ter se repetido “ n ” vezes, não implica dizer-se que ele se repetirá na próxima vez – ou seja, na vez “ $n + 1$ ” –, por maior que se tome o número “ n ”.

Antes de se colocar como um descrente absoluto, todavia, Popper tenta dar uma solução a tal problema. Primeiro, ele demonstra que a maneira pela qual tem sido colocado problema de indução pela tradição é inadequada; depois, ele se usa do princípio que denominou princípio da transferência, segundo o qual o que for verdade na lógica, também o será na psicologia (Popper, 1979, p. 6), de sorte que, ao se resolver, em termos formais, o problema lógico da indução, essa solução, pelo referido princípio, passaria para o problema psicológico, de sorte que o problema da indução, como um todo, seria resolvido. Desta feita, urge que, à frente de se demonstrar a solução encontrada por Popper, adentre-se pelos seus argumentos, segundo os quais a formulação tradicional do problema da indução deve ser entendida como inadequada e, portanto, susceptível de reformulação.

Assim sendo, como se viu, a posição popperiana pressupõe a assertiva de que as reformulações anteriores, quais sejam, as tradicionais, continham problemas de colocação. Ou seja, para que ele assuma que a sua maneira de colocar o problema da indução é a única maneira a qual admite solução, faz-se necessário que se determinem os erros de colocação anteriores do mesmo problema. Dessa maneira, Popper (1979, p. 2) começa por considerar o problema filosófico tradicional da indução, o qual, de acordo com ele, pode ser posto de duas formas, visto que as críticas a este par de formulações do problema da indução serão similares às críticas às

suas outras representações. Desta feita, ele apresenta duas maneiras de se expressarem as formulações tradicionais, quais sejam, as representadas pelas inquirições de como se pode justificar que o futuro é amplamente igual ao passado ou, então, de como se pode justificar as inferências indutivas (Popper, 1979, p. 2).

Ora, do ponto de vista histórico, parece certa a idéia popperiana de que a maioria das formulações do problema da indução são semelhantes às que ele apresenta e, além disso, parece também adequada sua crítica de que tais formulações não podem, em prol da coerência, ser feitas, pois, de forma apriorística, pressupõem a existência do que pretendem examinar, o que é um contra-senso. Em outras palavras, Popper argumenta que as referidas questões já possuem em si uma assunção indutiva, que é, portanto, inadequada, já que o que se examina é o próprio problema da indução; ou seja, quando alguém pergunta por que é o futuro igual ao passado, esta pessoa já tem, mesmo à frente da resposta, assumido que ele o é; e, pelas razões que já se demonstraram, tal assunção não pode ser feita, já que é o foco do questionamento que o problema da indução traz à tona. Para que se entenda melhor o que se quer dizer, veja-se que se, por exemplo, alguém quiser saber se existem extraterrenos, essa pessoa não deve responder por que eles existem, pois aí já se suporiam suas existências e, conseqüentemente, incorreria em um disparate argumentativo; mas, pelo contrário, a pessoa deve simplesmente responder se eles existem; o mesmo, como se viu, aplica-se ao problema da indução.

3.3. O falsificacionismo

Popper, então, ao demonstrar a inadequação das formulações tradicionais do problema da indução, propõe a sua própria. Para ele, impossível é fugir da assertiva humeana de que não se pode, pelos dados da experiência, garantir a veracidade de $(\{a_1, a_2, \dots, a_n\} \mapsto T \rightarrow a_{(n+1)})$, ou seja, a veracidade da afirmação que reza que, de fatos do passado – ou melhor, da teoria proveniente deles –, pode-se validamente inferir um fato do futuro. Para Popper, assim como para Hume, a resposta é que não é possível fazer isso. O

primeiro, nada obstante, vai adiante ao afirmar que, embora não se possa coligir a veracidade da referida inferência, pode-se coligir a falsidade. Eis por que o método popperiano de resposta a Hume ficou conhecido como falsificacionismo pela tradição.

Do mais, deve-se agora colocar em palavras o problema da indução, segundo a visão de Popper (1979, p. 7). Para ele, o problema da indução deve inquirir sobre se é possível inferir a falsidade de uma teoria geral dos fatos, a partir da assunção de veracidade desses fatos. Segundo Popper (1979, p.7-8), a suposição da verdade dos testes sobre uma teoria pode, algumas vezes, justificar o posicionamento de que uma determinada teoria científica é falsa, bastando para isso, vale dizer, o registro empírico de um fato falso. Em linguagem simples, o que Popper pretende dizer é que, assim como disse Hume, não é possível, a partir do fato, diga-se, de um carteiro ter passado durante anos e anos todas as quintas-feiras por uma determinada rua, inferir que ele passará amanhã; isto é, dos fatos empíricos existentes, não se pode garantir a assertiva “o carteiro em questão passa todas as quintas-feiras pela rua tal”, pois pode ser que ele não passe na quinta-feira vindoura, subsequente. Mas, do fato do carteiro não ter passado um único dia pela referida rua, pode-se validamente inferir que a proposição “o carteiro em questão passa todas as quintas-feiras pela rua tal” é falsa.

Do ponto de vista lógico-formal, a idéia popperiana é a generalização da regra lógica conhecida por *modus tollens*, segundo a qual, a partir de uma fórmula qualquer $(x \rightarrow y)$, pode-se validamente inferir $(\neg y \rightarrow \neg x)$; ou, mais especificamente, pode-se inferir $(\neg a_{(n+1)} \rightarrow \neg T)$ da fórmula $(\{a_1, a_2, \dots, a_n\} \mapsto T \rightarrow a_{(n+1)})$, que, na realidade, é a conjunção de $(\{a_1, a_2, \dots, a_n\} \mapsto T)$ e $(T \rightarrow a_{(n+1)})$, pois representam dois momentos da investigação, quais sejam, a construção indutiva da teoria e a posterior dedução de suas conseqüências. Como a falsificação do fato do futuro é exatamente $\neg a_{(n+1)}$, por *modus tollens*, infere-se $\neg T$. Aqui, deve-se notar que se pode usar um tipo de *modus tollens* mais fraco, pois não mais se aplica ao processo dedutivo, representado por “ \rightarrow ”, mas sim ao

processo indutivo, representado por “ \vdash ”. Assim sendo, tem-se, da mesma forma, que de $\neg T$ e $(\{a_1, a_2, \dots, a_n\} \vdash T)$, infere-se a negação de $\{a_1, a_2, \dots, a_n\}$, que é a negação da teoria que generaliza a ocorrência dos fatos do passado.

3.3.1. A tese Duhem-Quine

O falsificacionismo popperiano, contudo, não ficou imune a severas e contundentes críticas. Entre as quais, a mais competente ficou conhecida como a tese Duhem-Quine, “segundo a qual nossos conhecimentos sempre vão ao tribunal da experiência em bloco. Assim, quando ocorre uma refutação, sabemos que há no sistema de nossas teorias algo de errado, mas não podemos saber exatamente de que se trata. Pelo menos um dos enunciados contidos no sistema é falso, mas não temos como identificá-lo” (Dutra, 2001, p. 84).

Do ponto de vista formal, a teste Duhem-Quine argumenta que Popper pode estar certo em dizer que da fórmula $(T \rightarrow a_{(n+1)})$ e $\neg a_{(n+1)}$, pode-se inferir $\neg T$, mas está errado em argumentar que tal método possa ter um significado importante na construção do conhecimento. Ora, ao se negar a teoria que generaliza os fatos do passado, ou seja, ao se coligir $\neg T$, mesmo pelo uso do *modus tollens* fraco em $\neg T$ e $(\{a_1, a_2, \dots, a_n\} \vdash T)$, que desemboca na negação de $\{a_1, a_2, \dots, a_n\}$, não se estará, com esse procedimento, determinando qual dos aspectos dessa teoria é falso, já que, como se sabe, uma conjunção é falsa se pelo menos qualquer um dos seus conjuntivos for falso.

Em outras palavras, não se estará determinando qual dos conjuntivos de $\{a_1, a_2, \dots, a_n\}$ é falso, já que, como se sabe, basta que pelo menos um deles o seja, para que toda a conjunção se falsifique. Como em teorias que generalizam os fatos, ou seja, como em teorias científicas há uma conjunção de vários caracteres, tornam-se impraticáveis os testes individuais de cada caráter ou variável da teoria.

3.4. O falsificacionismo aplicado à psicologia popular

Feitas as importantes observações de natureza filosófica, agora se faz essencial que se façam algumas considerações concernentes ao falsificacionismo como um dos meios para que se efetue o intento maior do eliminativismo, qual seja, o da eliminação da psicologia popular. Primeiramente, contudo, deve-se dizer que o falsificacionismo se relaciona à psicologia popular através da sua característica de predizer fatos do futuro. Ou seja, graças à idéia de que a psicologia popular tem a característica de predizer fatos do futuro, pode-se dizer que ela, a psicologia popular, é, em algum grau, falsificável. Mas, como se viu o falsificacionismo não parece ser suficiente para determinar se a psicologia popular é falsa. Com efeito, em função da tese Duhem-Quine, exposta em III.3.1, não há como determinar, de forma mais específica, o que está sendo falsificado.

Ora, mas aqui se deve colocar que, embora tese Duhem-Quine seja aplicável à psicologia popular, isso não deve representar uma fraqueza específica dessa teoria, já que, como se viu em III.3.1, os problemas do falsificacionismo são aplicáveis a todas as teorias susceptíveis de falsificação científica. Com efeito, a dificuldade de se saber qual aspecto da teoria está sendo falsificado é uma dificuldade que diz respeito à todas as teorias científicas, de forma que, caso se queira atacar especificamente a psicologia popular com base no fato de que ela não é falsificável graças à tese Duhem-Quine, ter-se-ia que atacar todas as demais ciências com o mesmo argumento. Dessa forma, conclui-se que a tese Duhem-Quine, embora apresente uma dificuldade hercúlea no que concerne à tentativa de se falsificar a psicologia popular, ela também funciona da mesma forma no que diz respeito, por exemplo, às teorias da física, entre outras. Não há, com base na tese Duhem-Quine, portanto, como se sustentar (iv), ou seja, a idéia de que a por não ser a psicologia popular cientificamente falsificável, ela deve ser eliminada, já que todas as teorias são em grande parte não falsificáveis no sentido que se expôs em III.3.1.

Por outro lado, nada obstante, pode-se dizer que o que diferencia a psicologia popular das demais teorias é que, nela, os componentes da teoria são entidades mentais, dos quais não se pode ter nenhuma informação. Eis o principal motivo de sustentação de (iv), a despeito do que preconiza a tese Duhem-Quine. Ora, se uma lei qualquer da psicologia popular prevê uma ação tal e, se esta ação não acontece, basta dizer que o que ocorreu não foi a falsificação da referida lei, mas sim um caso ao qual a lei não se aplicaria. Isso se torna possível na psicologia popular, mas não na maioria das outras teorias, porque não há quaisquer maneiras de se saber quais são os estados mentais que uma determinada pessoa possui – se é que há estados mentais –, de forma que eles sofrem da impossibilidade de verificação objetiva e, conseqüentemente, não podem ser falsificados por outras razões, mesmo independentemente das expostas em III.3.1.

Mas, como um último suspiro em defesa da Psicologia Popular, pode-se dizer que apesar das dificuldades extras que tal teoria enfrenta no que concerne à possibilidade de falsificação, ainda não há argumentos suficientes em tais dificuldades para que se decrete a sua inexistência. Assim sendo, parece ser inteligente seguir a orientação de Horgan e Woodward (1998, p. 399) que, apesar a terem feito baseados em outros motivos, alegaram que sempre é mais prudente e sábio tentar reestruturar uma teoria antes de deliberadamente a rejeitar em face de alguns problemas. Assim sendo, conclui-se que, embora se tenha argumentado em defesa da idéia de que a psicologia popular, por ser de natureza empírica, é susceptível ao tratamento através do método do falsificacionismo, tais métodos, pelos problemas primeiramente expostos em III.3.1, não são capazes de autorizar alguém a descartar a psicologia popular. Além disso, há de ser dito que a impossibilidade de falsificacionismo total da psicologia popular não é apenas concernente à tese Duhem-Quine, que indistintamente se aplica a todas as teorias científicas, mas sim à natureza dos elementos que formam os antecedentes das leis da psicologia popular, elementos esses que não são verificáveis objetivamente, posto que são

entidades mentais. Ainda há, contudo, outras reivindicações, as quais serão tratadas a seguir.

4. Outras alegações do eliminativismo

Há, além da impossibilidade da tentativa de falsificacionismo científico da psicologia popular, inúmeras outras alegações contra a tentativa de sua manutenção. Algumas das quais defendem a idéia de que as entidades da psicologia popular, quais seja, as atitudes proposicionais, não são entidades em si mesmas. Deixe-se que, com o propósito de clarificar o argumento, considerem-se algumas analogias entre estados mentais e, por exemplo, propriedades físicas de algumas pedras. Assim sendo, imagine-se que se alguém diz que uma pedra pesa cinco quilogramas, essa pessoa não está querendo dizer que tal pedra, de uma forma ou de outra, desfruta da propriedade de pesar cinco quilogramas. Essa pessoa, na realidade, está se usando de um tipo de atalho para conceber uma propriedade física, que depende, nesse caso, da massa da pedra, da massa da terra e da relação numérica que a equação pertinente estabelece entre ambas as massas.

Baseado no exemplo da pedra, um físico diria a alguém que não fosse físico que não existe nada no mundo tal como propriedades de peso, mas apenas propriedades físicas. O eliminativismo pretende fazer o mesmo no que concerne à psicologia popular, ou seja, ele pretende mostrar que não há nada no mundo parecido com desejos ou crenças, ou seja, com estados mentais, mas apenas que há conexões físicas cerebrais. Não é, nada obstante, um argumento direto e claro o que atribui a eliminação da psicologia popular dadas as conexões cerebrais. Mas, muito pelo contrário, tal aspecto merece atenção e cuidado em sua análise, o que, infelizmente foge ao escopo deste artigo.

Por agora, contudo, importante se faz que se considerem as posições do eliminativismo no que dizem respeito às características (i), (ii) e (iii) da psicologia popular, expostas na seção I, as quais, respectivamente, declaram que ela não se relaciona com as demais teorias científicas, como tais, em alguns casos, relacionam-se entre

si; que é tão ímpar que parece não ter desenvolvido nada além do que se desenvolveu até o tempo dos Gregos, o que não é usual com as teorias em geral; e que, por fim, é passiva, quando, em certos casos, deveria ser ativa.

4.1. A característica (i)

Assim sendo, saiba-se que, no que concerne à (i), deve-se levar em conta o fato de que as ciências, em geral, relacionam-se entre si. Com efeito, no que concerne à física e à química, por exemplo, não é de fácil determinação o ponto onde uma termina e a outra começa, de sorte que muitas das descobertas em química são feitas por físicos e vice-versa. Da mesma forma, impossível parece determinar o objeto exclusivo de estudo do direito, da sociologia, da psicologia, entre outras ciências, pois elas se mesclam e se misturam na tentativa de compreensão do mundo. A psicologia popular, não obstante, não concerne a nenhuma dessas ciências diretamente, fato este que, para os defensores do eliminativismo, parece ser suficiente para alicerçar a idéia de que pelo menos censurável deve ser a atitude de aceitar uma teoria, como, por exemplo, a psicologia popular, que não se relaciona com nenhuma das teorias respeitáveis desenvolvidas pelo homem, como, por exemplo, as teorias da física.

Uma resposta à crítica (i) consistiria em criar contra-exemplos para o que preconiza essa crítica, que é, como se viu, que a psicologia popular não se relaciona com as demais teorias. Nesse sentido, deve-se tentar estabelecer relações entre a psicologia popular e outros tipos de teorias científicas diferentes daquelas às quais se referiu anteriormente, tais como as físicas. Esses novos tipos de teorias científicas seriam tipos mais elásticos, como, por exemplo, entre outras, a história, a economia, a geografia e a antropologia, excetuando-se dessas duas últimas, claramente, suas facetas de geografia e antropologia físicas. De acordo com os defensores da psicologia popular, tais tipos de ciência são veementemente relacionados com os caracteres da psicologia popular, além do que, em grande escala, essas teorias científicas

desfrutam nos seus passados de um sem-número de inferências baseadas na psicologia popular.

Em outras palavras, o que se quer aqui dizer é que a psicologia popular relaciona-se às referidas teorias científicas elásticas – tais como as da história e da economia, entre outras – através da capacidade de se fazerem inferências através de processos de predições típicos da psicologia popular. Com efeito, na antropologia, o comportamento é parcialmente entendido baseado em termos concernentes aos estados mentais. Na história, por seu turno, parece ser claro que a causalidade atribuída às ações de reis e governantes, se não de simples seres humanos, é fortemente relacionada às ferramentas da psicologia popular. Dessa forma, pode-se afirmar que não seria difícil encontrar nos livros e artigos de história explicações dos atos de reis e gerais baseadas no fato de que eles tinham umas e não outras crenças, de maneira que se pode dizer que, com grande grau de propriedade, deve-se aceitar que a psicologia popular oferece vastas explicações para comportamentos e atitudes na história. Desta feita, a crítica (i) parece ser razoavelmente fraca, já que encontra contra-argumentos bastante convincentes.

Por outro lado, pode-se dizer que a posição a que a psicologia popular aspira é a de ciência rígida – em oposição à ciência elástica –, de maneira que, se for este o caso, a demonstração de que a psicologia popular se relaciona com as ciências elásticas parece tornar-se inócua e sem sentido. Um posicionamento mais sensato e equilibrado talvez seja o de dizer que, embora tanto os argumentos concernentes à (i) em defesa da psicologia popular quanto os contra ela sejam consideráveis, a própria característica (i), a atribuir à psicologia popular a qualidade de não se relacionar com as demais teorias científicas, como elas, em alguns casos, relacionam-se entre si, pede, para a sua abordagem, que se efetue a distinção entre ciências rígidas e elásticas, mas, como se sabe, tal distinção, além de problemática de ser elaborada, não deixa de ser veementemente pouco sofisticada. Conclui-se, portanto, que se deve abandonar a análise de (i) e, conseqüentemente, tentar encontrar em

(ii) ou (iii) subsídios mais consistentes para a elaboração de críticas ou defesas da psicologia popular.

4.2. A característica (ii)

A característica (ii) da psicologia popular, apresentada na seção I, reza que ela é tão ímpar que parece não ter desenvolvido nada além do que se desenvolveu até o tempo dos Gregos, o que não é usual com as teorias em geral, de maneira que, como dizem os defensores do eliminativismo, se a psicologia popular for considerada uma teoria, ela será tão única e idiossincrática, que parecerá estranha. Esse argumento, como se viu em (ii), é baseado no fato de que, de forma diferente das outras ciências que têm mudado e evoluído com o tempo, diz-se, parafraseando Churchland (1998, p. 211), que a psicologia popular da época dos Gregos é essencialmente a mesma de hoje, de sorte que hodiernamente explica-se o comportamento humano apenas de maneira indolentemente melhor do que o mesmo era explicado na Antigüidade.

Os que defendem a psicologia popular e, portanto, criticam a postura eliminativista que aqui se expõe, dizem que, embora (ii), ou seja, a idéia de que a psicologia popular não tem evoluído com o tempo, seja verdadeira, ela não deve ser considerada um problema contra tal teoria. A razão para tal, como colocam os defensores da psicologia popular, é que outras teorias apenas têm evoluído mais que a psicologia popular porque ela têm estado sujeitas à ajustes empíricos por muito tempo. No caso da física, por exemplo, pode-se dizer que já podiam ser encontrados físicos fazendo ajustes e testes empíricos de suas teorias há quinhentos anos, de forma que há de se concordar com a assertiva de que o empirismo, aplicado à física, é, pelo menos, dez vezes mais antigo do que o empirismo aplicado à psicologia popular, cujo início das experimentações empíricas não passam de cinquenta anos, razão pela qual seria legítimo de esperar maiores avanços na física do que na psicologia popular.

Assim sendo, como os defensores da psicologia popular colocam, tal disciplina tem grande probabilidade de evoluir e mudar com o passar dos anos, assim com a física o tem feito, de sorte que

não se pode afirmar que ela não evoluirá só porque até agora ela não evoluiu, pois tal postura configuraria um ingênuo erro de indução (ver III.2). Saber como uma determinada ciência pode ou não evoluir, todavia, constitui um problema considerável. Veja-se que uma tentativa histórica de se fundamentar o acúmulo de conhecimento científico de uma teoria em bases sustentáveis, através do qual se pode dizer que uma determinada teoria evoluiu, foi promovida por Kant. Ele, fortemente influenciado pelo impacto causado na epistemologia por Hume (ver III.1 e III.2), tenta ressuscitar Descartes (ver III.1) na forma, embora não no conteúdo; isto é, Kant, depois das investidas humeanas, as quais argumentavam em defesa de uma postura pessimista diante da possibilidade de um desenvolvimento de uma determinada ciência através do acúmulo de conhecimento científico, tenta demonstrar “que é possível dar um fundamento seguro para o conhecimento, tal qual Descartes desejava” (Dutra, 2001, p. 29).

Kant se apóia no fato de que, caso se olhem as modalidades de saber na construção intelectual humana, ver-se-á que algumas delas progridem, enquanto outras se estabilizam nas intermináveis discussões sobre os seus fundamentos. A matemática, por exemplo, concerne à primeira estirpe, enquanto a filosofia – e, talvez, a psicologia popular –, como se sabe, não evoluiu do ponto de vista construtivo, pois permanece nas querelas sobre os seus fundamentos. A linha delimitadora que separa uma estirpe da outra é o escopo das nossas experiências possíveis; ou seja, a possibilidade do conhecimento reside na análise do que é a experiência possível, de sorte que o juiz que decidirá sobre o que é passível de cognoscibilidade é a “crítica da própria razão ou das faculdades que compõe nosso *aparelho cognitivo*” (Dutra, 2001, p. 30).

De qualquer forma, de acordo com os argumentos que aqui se apresentaram, duas parecem ser as saídas mais sensatas. Ou, de um lado, acredita-se que a psicologia popular é uma teoria científica que evoluirá com o tempo, de sorte que se pode afirmar que ela ainda não evoluiu porque apenas não teve suficiente tempo para fazê-lo ou, de outro lado, acredita-se que a psicologia popular, de acordo

com a distinção kantiana, é um tipo de ciência que, por natureza, assim como o que acontece com a filosofia, não evolui, de forma que este fato, ou seja, o fato da psicologia popular não ser capaz de evoluir não configuraria problema maior para identificá-la como uma teoria de menor valor.

Assim sendo, (i) e (ii), quais sejam, as idéias de que a psicologia popular não se relaciona com as demais teorias científicas, como elas, em alguns casos, relacionam-se entre si e a de que a psicologia popular é tão ímpar que parece não ter desenvolvido nada além do que se desenvolveu até o tempo dos Gregos, o que não é usual com as teorias em geral, embora possam ser consideradas verdadeiras, parecem que não são suficientes para que, a partir delas, como o desejaria os defensores do eliminativismo, possa-se inferir o fim da psicologia popular. A característica (iii), como se verá a seguir, parece ser mais contundente do que as suas duas antecessoras.

4.3. A característica (iii)

Com efeito, a assertiva de que a psicologia popular é passiva em casos em que ela deveria ser ativa, representada por (iii) é mais devastadora que (i) e (ii). Veja-se que, mesmo quando alguém se encontra satisfatoriamente confortável em suas previsões do comportamento do outro, ele não desfrutaria da mesma comodidade se tivesse que prever o comportamento de crianças e animais, de maneira que se pode, com grande propriedade, acusar a psicologia popular de não concernir de maneira convincente a tais casos, quais sejam, os relativos aos comportamentos de crianças e animais.

Além dos casos acima relatados, pode-se também dizer que a psicologia popular não tem muito a dizer quando a situação é relativa a certas doenças mentais, ao sono ou mesmo a ilusões. Além disso, como se pode constatar, não há na psicologia popular respostas satisfatórias a essas críticas, de sorte que é forçoso concordar que os defensores do eliminativismo, no que diz respeito à (iii), têm razão em afirmar que, caso seja a psicologia popular uma teoria, ela deverá ser considerada uma teoria frágil e inconsistente.

Um argumento que se pode oferecer em defesa da psicologia popular é o de, em primeiro momento, concordar-se com as críticas que se fazem à (iii) e, em um segundo momento, dizer-se que, embora (iii) seja uma característica desabonadora da psicologia popular, ela, apesar disso, não deve ser abandonada, mas apenas o seu escopo de atuação é que deve ser entendido como mais restrito. Em outras palavras, o que se quer dizer é que, assim como a mecânica de partículas newtoniana não é considerada uma teoria desprezível, mas, muito pelo contrário, é freqüentemente usada para fenômenos que não ocorram em velocidades razoavelmente grandes, o que diminui o seu escopo de atuação, a psicologia popular deve ser entendida como uma teoria cujo escopo de abrangência é menor do que se esperava que ela tivesse.

O problema com tal defesa, nada obstante, é que a mecânica de partículas newtoniana teve seu escopo reduzido graças a uma nova teoria, qual seja, a relatividade einsteiniana, que passou a abordar os fenômenos que ocorrem em grandes velocidades, o que, do ponto de vista da física, não representou uma diminuição do escopo dessa disciplina. O mesmo, como se pode notar, não pode ser dito da psicologia popular, o que a torna, indubitavelmente, mais fraca e, por conseqüência, mais susceptível às ferozes garras dos defensores do eliminativismo. A questão que se põe no momento, portanto, é se as críticas à psicologia popular baseadas em sua característica (iii), que são feitas pelos defensores do eliminativismo, são ou não suficientemente fortes para que, a partir delas, seja válida a inferência do fim da psicologia popular. Parece que não é o caso. Definitivamente, (iii), por si só, não é suficiente para decretar o fim da psicologia popular, mas, como se verá na seção V, a referida crítica tem o seu peso quando considerada em um composição mais ampla de críticas.

Em outras palavras, diz-se que a resposta para tal questão, qual seja, a de se pode, graças às críticas com fundamento em (iii), abandonar a psicologia popular, não é de fácil formulação, de maneira que, como se vê, parece sensato tentar demonstrar outros pontos fracos da psicologia popular. Assim sendo, caso seja possível

a empresa de se demonstrarem tais pontos, esses se somarão a crítica elaborada a partir de (iii) e, juntas, as críticas formarão um bloco baseado no qual será mais consciente a tomada da postura eliminativista. Conclui-se, assim, que, embora (iii) ofereça críticas sérias contra a psicologia popular, parece ser mais sensato procurarem-se outras críticas, para que, todas juntas, seja inevitável concordar com o fracasso da psicologia popular.

5. Conclusão

Viu-se aqui que a psicologia popular, graças às suas peculiaridades, torna-se susceptível de sofrer críticas contundentes, as quais, de forma geral, têm o intuito de argumentar que ela não pode ser considerada uma teoria e, por conseqüência, deve ser abandonada, como preconiza o eliminativismo. Deve-se notar ainda que embora as críticas que se fazem a psicologia popular sejam todas pontualmente capazes de sofrerem rebatimentos, elas, juntas, representam um argumento considerável contra a possibilidade de existência da psicologia popular. Mas, mesmo assim, o conjunto dessas críticas não desfruta do caráter de ser suficientemente forte para garantir o fim da psicologia popular.

Impõem-se, desta feita, dois caminhos. De um lado, diz-se que a psicologia popular não pode ser abandonada pelas críticas às suas características intrínsecas, como se demonstrou neste artigo. Do outro, diz-se que, caso sejam elaboradas críticas de natureza extrínseca à psicologia popular, essas, juntamente com as que se apresentaram aqui, podem ser consideradas suficientemente fortes para que se possa, finalmente, promover o abandono de tudo o que seja concernente à psicologia popular. Entre esses argumentos relativos às críticas extrínsecas, deve-se enaltecer o de Ramsey, Stich e Garon (1991), que tem como fundamento a idéia de que, dado que o conexionismo é o caso, este pode, em determinadas circunstâncias, levar ao eliminativismo, ou seja, à eliminação da psicologia popular.

O fato é que, mesmo de se considere o argumento que leva de certos tipos de modelos conexionistas ao eliminativismo como

verdadeiro, provar que o connexionismo é o caso não é tarefa simples, o que dá à psicologia popular ainda alguma possibilidade de existência na qualidade de teoria científica. De qualquer sorte, o ambiente para discussão é amplo e este artigo teve como intuito o de contribuir na formulação de alguns alicerces sobre os quais este ambiente há de se erigir.

Agradecimentos:

O autor agradece ao *Cognitive and Computing Sciences Graduate Research Centre* da Universidade de Sussex, Inglaterra, por ter permitido a pesquisa que desembocou, em parte, no feitiço deste artigo. Em especial, o autor manifesta seu agradecimento ao Dr. Ronald Chrisley (Oxford University, Sussex University, Reino Unido) pelas discussões sobre a ciência da cognição.

Referências bibliográficas

- CHURCHLAND, Paul M. (1998). "Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes". In: William G. Lycan (org.). *Mind and Cognition: A Reader*. Oxford: Blackwell, p. 206-23.
- DESCARTES, René. (1990). "Mediations on First Philosophy". Trad. por D. A. Cress. In: S. Cahn. (org.). *Classics of Western Philosophy*. 3 ed. Indianapolis: Hackett, p. 405-46.
- _____. (1996). "Discurso do Método". In: _____. *Descartes: Discurso do Método, As Paixões da Alma, Meditações, Objeções e Respostas*. Trad. por J. Guinsburg e B. Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, p. 61-128. (Col. Pensadores).
- DUTRA, L. H. (2001). *Epistemologia da Aprendizagem*. Rio de Janeiro: DP&A.
- HORGAN, Terence; WOODWARD, James. (1998). "Folk Psychology Is Here to Stay". In: William G. Lycan (org.). *Mind and Cognition: A Reader*. Oxford: Blackwell, p. 399-420.

- HUME, David. (1955). *An Inquiry Concerning Human Understanding*. New York: The Liberal Arts.
- LYCURGO, Tassos. "On How We Use Words". *Princípios: Revista de Filosofia*. Natal, v.08, n.10, p. 142-160.
- POPPER, Karl R. (1979). *Objective Knowledge: An Evolutionary Approach*. Oxford: Clarendon.
- RAMSEY, William; STICH, Stephen; GARON, Joseph. (1991). "Connectionism, Eliminative Materialism and the Future of Folk Psychology". In: Ramsey, Stich e Rumelhart. *Philosophy and Connectionist Theory*. Hillsdale: Erlbaum, p. 199-227.
- STICH, Stephen; NICHOLS, Shaun. (1992). "Folk Psychology: Simulation or Tacit Theory?". *Mind and Language*, vol. 7, Numbers 1 and 2, Spring/Summer, p. 35-71.